Dinheiro | 11/04/18 | ECONOMIA

Escolha técnica

Diante da saída de vários ministros que disputarão as eleições, o presidente Michel Temer prioriza a nomeação de nomes discretos para sua equipe ministerial

Sem caciques: a cerimônia de posse de dois Ministros, na segunda-feira 5, inaugurou a montagem da nova Esplanada dos Ministérios, com menos nomes políticos (Crédito: Alan Santos/PR)

Leonardo Motta

Nas últimas semanas, o presidente Michel Temer vem dedicando boa parte do seu tempo à montagem de um quebra-cabeça ministerial complexo. Até o fechamento desta edição, na tarde da sexta-feira 6, pelo menos nove ministérios tinham perdido seus titulares, que disputarão as eleições, em outubro. Mas o presidente não ficou parado assistindo à debandada. Na segunda-feira 2, uma cerimônia no Palácio do Planalto oficializou a troca no comando de duas importantes pastas, cujos orçamentos são cobiçados pelos políticos. Gilberto Occhi deixou a presidência da Caixa para comandar o Ministério da Saúde, enquanto Valter Casimiro Silveira saiu do DNIT para assumir o Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil. "Sabemos todos que o Brasil tem pressa e os problemas diante de nós exigem união e diálogo", afirmou Temer no evento. A escolha de nomes mais técnicos em detrimento dos de políticos renomados tem sido a principal marca desta reforma ministerial, feita no fim do atual governo.

Na avaliação de especialistas, há fatores-chave que explicam as escolhas do presidente. Em primeiro lugar, existe uma natural escassez de caciques políticos em ano eleitoral. "Os atores relevantes estão focados nas campanhas", diz Ricardo Ismael, cientista político da PUC-Rio. "E os que não estão envolvidos evitam embarcar em um governo que acabará em oito meses." Além disso, há o desejo dos padrinhos políticos de emplacar afilhados em postos estratégicos. É o caso de Silveira, indicado pelo Partido Republicano (PR) para a vaga de Maurício Quintella nos Transportes. O mesmo aconteceu com Occhi, que assume a Saúde por indicação do Partido Progressista (PP), no lugar de Ricardo Barros.

Apesar das influências políticas, o presidente Temer tem seguido à risca o que determina a lei 13.303, de 2016, que proíbe empresas públicas e autarquias de serem gerenciadas por pessoas sem experiência comprovada na área. Nesse contexto, as escolhas técnicas, com o aval da base aliada, foram um caminho natural. Nessa montagem ministerial, o presidente Temer espera não perder força no Congresso. Por um lado, ele depende de uma ampla base para votar os seus projetos. Por outro, pode precisar de apoio para barrar uma eventual terceira denúncia feita pela Procuradoria Geral da República, a partir de denúncias envolvendo a Lei dos Portos.

O sinal amarelo acendeu recentemente no Planalto após prisões-relâmpago de aliados do presidente. "O caráter técnico dos nomes é um verniz importante na reforma ministerial", diz Aninho Mucundramo, analista político da Universidade de Brasília (UnB). "Mas o que importa mesmo é manter ou ampliar alianças partidárias que compõem a base do Governo." Para o setor privado, o ministério que gera maior expectativa é o da Fazenda. Na terça-feira 3, na presença de Temer, o então ministro Henrique Meirelles se filiou ao MDB, pelo qual pretende ser candidato à Presidência da República – ou, então, compor uma chapa com Temer.

Se Meirelles realmente sair da Fazenda – a decisão final seria tomada até o sábado 7 –, o nome mais cotado para substituí-lo é o do secretário-executivo da pasta, Eduardo Guardia, considerado discreto e experiente. "O trabalho

feito por lá é aprovado pelo mercado e deve ser continuado, principalmente pelas mãos de quem o Meirelles apoiar", afirma Yan Cattani, economista da consultoria Pezco. O secretário Guardia é uma indicação pessoal de Meirelles.

Embora faltem apenas oito meses para o fim do governo, os empresários esperam que a máquina pública não fique paralisada assistindo às eleições. Um exemplo concreto envolve o setor automotivo, que aguarda a aprovação do programa Rota 2030, que concederá incentivos fiscais para pesquisa e desenvolvimento. Até agora, o programa travou por conta de divergências entre a Fazenda e o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. "Com os nomes técnicos nessas pastas, há uma chance de as divergências serem superadas", diz Alarico Assumpção Jr., presidente da Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabrave). "Precisamos do Rota 2030 para aumentar a confiança do setor."

QUEM SAI E QUEM ENTRA

A troca de cadeiras nos ministérios

SAI	ENTRA
FAZENDA	
Henrique Meirelles (MDB)	Eduardo Guardia*
MINAS E ENERGIA	
Fernando Bezerra Coelho Filho (MDB-PE)	Indefinido
TRANSPORTES	
Maurício Quintella (PR-AL)	Valter Casimiro Silveira (PR)
PLANEJAMENTO	
Dyogo Oliveira (MDB)	Esteves Colnago (MDB)*
SAÚDE	
Ricardo Barros (PP-PR)	Gilberto Occhi (PP)
EDUCAÇÃO	
Mendonça Filho (DEM-PE)	Rossieli Soares da Silva*

* ainda não tomou posse ** não confirmado

SAI	ENTRA
DESENVOLVIMENTO SOCIAL	
Osmar Terra (MDB-RS)	Alberto Beltrame*
INTEGRAÇÃO NACIONAL	
Helder Barbalho (MDB-PA)**	Antônio de Paula**
ESPORTES	
Leonardo Picciani (MDB-RJ)	indefinido
TRABALHO	
Helton Yomura (interino) (PTB)**	indefinido
TURISMO	
Marx Beltrão (MDB-AL)	Vinícius Lummertz**
MEIO AMBIENTE	
Sarney Filho (PV-MA)	indefinido

* ainda não tomou posse ** não confirmado

Valor Econômico | 09/04/18 | BRASIL

Com retomada lenta, desemprego estaciona na série com ajuste sazonal

Por Sergio Lamucci | De São Paulo

Fábio Romão, da LCA: recuperação gradual da economia tem levado a uma expansão moderada da população ocupada.

Mais um sinal da lenta e gradual recuperação da economia, a taxa de desemprego livre de influências sazonais dá sinais de estabilidade nos últimos meses. Na série calculada pela LCA Consultores, por exemplo, a desocupação estacionou em 12,4% desde o trimestre encerrado em dezembro. Para comparar, a taxa de desocupação média em 2014, antes do início da deterioração mais acentuada do mercado de trabalho, ficou em 6,8%.

Na série ajustada sazonalmente pela LCA, o desemprego atingiu a máxima de 13,2% nos três meses terminados em março do ano passado. A partir de abril, a taxa começou a recuar, atingindo 12,5% no trimestres móveis encerrados em outubro e novembro, refletindo a melhora um pouco mais forte da ocupação. A taxa então recuou para 12,4% no trimestre até dezembro, e aí ficou estacionada.

Na série original, que não desconsidera os fatores típicos de cada período, o desemprego ficou em 12,6% nos três meses terminados em fevereiro. Já no último trimestre de 2017, a taxa por esse critério foi de 11,8%.

Nos três meses até fevereiro deste ano, a ocupação caiu 0,3% em relação aos trimestre terminado em janeiro, feito o ajuste sazonal. A população economicamente ativa (PEA), por sua vez, também recuou 0,3% nesse período. "A recuperação da economia ainda é gradual, e isso tem reflexo na taxa de desemprego", resume o economista Fábio Romão, da LCA.

Para Romão, a retomada se dá num ritmo mais cadenciado, o que não significa que a atividade não esteja crescendo. Mas, como a melhora é gradativa, isso leva a uma expansão moderada da geração de empregos. Na visão do economista, a ocupação deve subir aos poucos nos próximos meses - a queda registrada nos três meses até fevereiro não seria uma tendência. "Mas não vejo grande aceleração aí", diz Romão, para quem a fatia do emprego formal deve aumentar um pouco, num processo também lento.

Por enquanto, o aumento da população ocupada continua muito concentrado nos trabalhadores por conta própria e sem carteira assinada, como diz a Rosenberg Associados. "Ou seja, emprego informal", observa a consultoria, em relatório.

Romão cita os números do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) como um sinal de um começo de ano "relativamente morno". Na série com ajuste sazonal, a diferença entre admissões e demissões no setor formal ficou em apenas 1,8 mil em fevereiro, uma desaceleração em relação aos 50 mil de janeiro. Na média dos dois meses, a geração de vagas foi de 25,3 mil postos de trabalho, inferior à média de 74 mil dos dois últimos meses do ano passado, nota Romão.

Coordenadora de macroeconomia e política da Tendências Consultoria Integrada, Alessandra Ribeiro vê uma "relativa acomodação" no processo de geração de empregos. Pelos cálculos da Tendências, na série dessazonalizada a ocupação caiu 0,2% no trimestre até fevereiro, interrompendo uma sequência de dez altas consecutivas. Pelo ajuste sazonal da consultoria, a taxa de desemprego recuou de 12,5% nos três meses terminados em janeiro para 12,4% no trimestre encerrado em fevereiro.

Para Alessandra, a economia "perdeu um pouco de tração" nos primeiros meses de 2018, mas a retomada da atividade continuará em curso, especialmente devido ao impacto da forte queda dos juros. A redução expressiva da Selic deverá ter efeito sobre a economia, num cenário em que empresas e famílias já estão em melhores condições financeiras, com nível mais baixo de endividamento, diz Alessandra. Ela pondera que o spread bancário (a diferença entre o custo de captação dos bancos e a taxa cobrada dos clientes) está demorando para cair, mas avalia que isso tende a ocorrer com mais força com a redução do risco, num quadro de melhora da inadimplência de pessoas físicas e jurídicas.

Em resumo, Romão e Alessandra acreditam numa melhora gradual da ocupação nos próximos meses. Na visão da LCA, a taxa média de desemprego com ajuste sazonal terminará 2018 em 12%, abaixo dos 12,8% do ano passado, mas ainda assim superior aos 11,5% de 2016. A queda da desocupação não será maior porque a população economicamente ativa também vai subir, embora a um ritmo um pouco inferior ao do emprego. Com a melhora da economia, mais pessoas passam a buscar emprego, entrando na força de trabalho. observa Romão. A taxa de desemprego é a comparação do nível de desocupados com a PEA.

A trajetória da desocupação

A taxa de desemprego (com ajuste sazonal - em %)*

Fonte: IBGE e LCA Consultores. * Taxa dessazonalizada pela LCA Consultores, média móvel trimestral

Valor Econômico | 09/04/18 | BRASIL

Fazenda destaca recuo sobre mesmo período do ano anterior

Por Sergio Lamucci | De São Paulo

Ao avaliar a trajetória do desemprego, a Secretaria de Política Econômica (SPE) da Fazenda prefere comparar a taxa com a do mesmo período do ano anterior, e não usar a série com ajuste sazonal. Nos três meses até fevereiro, a taxa ficou em 12,6%, abaixo dos 13,2% registrados no trimestre encerrado em fevereiro do ano passado.

"Como o IBGE ainda não divulga os dados da PNAD [Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios] com ajuste sazonal, preferimos fazer sempre a comparação interanual [em relação ao mesmo período do ano anterior]", diz a SPE, em resposta por e-mail. Afinal, qualquer dessazonalização não oficial ficará dependente das premissas assumidas", afirma a secretaria do Ministério da Fazenda.

O resultado pode variar de acordo com o método de ajuste utilizado e se o ajuste é feito de modo agregado ou desagregado, por exemplo. A comparação em termos dessazonalizados permite a comparação com o período imediatamente anterior.

Segundo a SPE, "não é raro vermos relatórios de diferentes instituições com conclusões bastante diferentes em um mesmo mês (umas dizendo que a taxa subiu, outras que a taxa caiu".

Ao fazer o ajuste sazonal dos números da PNAD Contínua mais recente, a LCA Consultores calcula que a taxa de desemprego nos três meses até fevereiro ficou em 12,4%, o mesmo nível da registrada no trimestre encerrado em janeiro. Nas contas da Tendências Consultoria Integrada e do Goldman Sachs, houve uma ligeira queda, de 12,5% para 12,4%.

A SPE destaca que, na comparação com igual período do ano anterior, a taxa de desemprego começou a cair no último mês de 2017. Nos três meses encerrados em dezembro do ano passado, a taxa ficou em 11,8%, abaixo dos 12% do trimestre terminado em dezembro de 2016. Nessa base de comparação, essa melhora se intensificou nos dois resultados seguintes, afirma a SPE. Nos três meses até fevereiro, a taxa ficou 0,6 ponto percentual abaixo do registrado no trimestre terminado no mesmo mês do ano passado (12,6% contra 13,2%).

"Efeito semelhante é observado no crescimento da população ocupada", prossegue a SPE, destacando que o crescimento interanual da ocupação gira em torno de 2%, "o melhor desempenho da série desde a virada de 2013 para 2014". Já a população desempregada também passou a cair nessa base de comparação a partir de dezembro, queda que "tem se acelerado substancialmente", diz a SPE.

Valor Econômico | 09/04/18 | BRASIL

Decreto vai atualizar valores de licitação, congelados há 20 anos

Por Murillo Camarotto | De Brasília

Está previsto para as próximas semanas um decreto presidencial autorizando a atualização dos valores que limitam cada modalidade das licitações promovidas pela União Federal. Os valores estão congelados há 20 anos e a correção pelo Índice de Preços ao Consumidor (IPCA) resultará em um reajuste de 230%.

Além da correção da inflação, prevista na Lei de Licitações (8.666/93), um dos principais objetivos do decreto é melhorar a eficiência das compras governamentais, por meio da expansão das dispensas de licitação. Atualmente, cerca de 85% dos órgãos da administração direta realizam pregões deficitários.

Uma licitação é considerada deficitária sempre que o custo de realização do pregão supera a economia obtida em relação ao preço de referência do edital. Um estudo da Controladoria-Geral da União (CGU) aponta que a eficiência melhora bastante com a redução no número de leilões.

Isso acontece especialmente por conta do elevado contingente de mão de obra que é mobilizado para organizar e realizar os pregões. Atualmente, quase a metade (47,7%) de todos os leilões promovidos pela União contempla somente 1,5% do valor total das compras do governo.

Com a correção pelo IPCA, o número de órgãos com pregões deficitários cairia para 63%, patamar ainda considerado muito elevado pela CGU. "A grande questão é uma regulação que garanta a melhor compra. Hoje, definitivamente, a melhor compra não é feita", explica o secretário de Controle Interno da CGU, Antonio Carlos Bezerra Leonel.

O órgão de controle também sugere que o índice de dispensa de licitação seja ampliado, o que poderá acontecer via projeto de lei, e não pelo decreto. O pedido é para que o índice passe de 10% para 20% dos valores mínimos previstos na Lei de Licitações.

No caso da compra de serviços pela modalidade de convite, por exemplo, a dispensa só é autorizada para valores de até R$ 8 mil. Com o ajuste pelo IPCA, a dispensa subiria para R$ 26,4 mil. Já com a troca do índice mínimo para 20%, passaria a R$ 52 mil.

Nesse terceiro cenário, que depende do projeto de lei, o percentual de órgãos com déficit em pregões cairia a 37%, segundo o estudo da CGU. "Em todo país, o governo é o maior comprador. Se o governo compra mal, o reflexo é em toda a economia". É assunto central de qualquer economia", diz.

A sugestão de aumento do índice de dispensa de 10% para 20% considera também os reajustes nos salários dos servidores nos últimos anos. Entre 1998 e 2016, a remuneração na administração direta, autárquica e nas fundações aumentou 512%, ou seja, bem mais do que a variação do IPCA no mesmo intervalo.

O custo do pregão se dá em função da duração do processo, do salário médio pago aos servidores, da quantidade de trabalhadores envolvidos e do percentual de tempo dedicado por eles ao processo. Outro fator destacado para a redução dos custos viria dos gastos menores com a publicação dos editais na imprensa.

Leonel defende que as mudanças avancem para além do decreto, no sentido de tornar as compras governamentais mais eficientes. Ele lembra que a União mobiliza um imenso contingente para fiscalizar, por exemplo, os gastos com diárias e passagens, que representam uma "gota" de R$ 1,5 bilhão em um "oceano" de R$ 3 trilhões do Orçamento.

Não se trata, segundo ele, de afrouxar controles. Um dos principais argumentos contrários às mudanças apontam para os riscos do

aumento da dispensa de licitação na administração dos municípios. "O prefeito que trabalha errado já o faz no sistema atual. Não dá pra criar mais controle com base em exceções", diz.

Além disso, um eventual crescimento no valor dos desvios seria facilmente absorvido pelos ganhos com a redução de custos na organização dos leilões. A ampliação dos pregões eletrônicos também poderia ajudar na redução dos gastos com as licitações.

Ainda assim, o governo acabou decidindo que a atualização pelo IPCA, prevista no decreto, só valerá para as compras promovidas pela União Federal, e não para Estados e municípios. O tema está em discussão há mais de seis meses entre a CGU, a Casa Civil e o Ministério do Planejamento.

Valor Econômico | 09/04/18 | BRASIL

Investimento da 'regra de ouro' será o menor em 10 anos

Por Fabio Graner | De Brasília

A confirmar-se a projeção do governo para este ano, os investimentos considerados na "regra de ouro" das contas públicas atingirão o nível mais baixo dos últimos dez anos. O último relatório bimestral de receitas e despesas trouxe estimativa de R$ 32,9 bilhões de investimentos considerados na rubrica de gasto de capital na "regra de ouro". Na década passada, os valores gastos anualmente oscilaram entre R$ 36,2 bilhões (2008) a R$ 66,7 bilhões, em 2013.

Os valores informados pelo Tesouro não estão corrigidos pela inflação, o que torna o volume previsto para este ano ainda mais deprimido em relação aos períodos anteriores. Para efeito de "regra de ouro", o Tesouro considera as despesas de investimento liquidadas e empenhadas (as duas primeiras etapas da execução orçamentária), o que gera alguma discrepância em relação aos números do resultado do Tesouro, que apresenta as despesas pagas.

Os dados são outra evidência dos problemas que envolvem o dispositivo constitucional, que, grosso modo, define que o governo só pode se endividar para financiar despesas de capital (na qual se enquadram, além dos investimentos, as inversões financeiras, como o Fies, e a amortização de dívida). A "regra de ouro" teoricamente tem como objetivo garantir a sustentabilidade fiscal com qualidade do gasto, ao proteger os investimentos.

A sequência de déficits primários, que caminha para o quinto ano seguido, e a trajetória de queda dos investimentos mostram que a regra, além das dificuldades enormes para ser cumprida, tem sido disfuncional em seus objetivos.

É verdade também que a queda dos investimentos reflete principalmente o fato de que há enorme rigidez do gasto público no Brasil, que conta com grande peso de despesas de Previdência, pessoal e outros itens difíceis de serem cortados. Assim, qualquer esforço de contenção fiscal acaba tendo que ser realizado nas despesas discricionárias, aquelas que o governo pode dispor livremente e no qual os investimentos costumam ser mais atingidos pelos cortes.

O problema ficou mais claro no ambiente de teto de gastos, dado que o limite imposto para expansão das despesas, em quadro de 90% de rigidez, reforça a necessidade de cortes em algumas áreas, sobrando pouco espaço para agir em outras.

Manoel Pires, ex-secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda e pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (Ibre-FGV), avalia que a situação de investimentos muito baixos evidencia uma contradição entre as regras fiscais existentes no Brasil. Segundo ele, enquanto a "regra de ouro" em tese protege os investimentos, as regras de resultado primário e de teto de gastos pressionam essa rubrica, dada a elevada rigidez da despesa pública.

Para Pires, é necessário avaliar a partir de 2019, quando será possível politicamente discutir assuntos fiscais no Congresso, a melhor equação para o gerenciamento das contas públicas. "Em 2019 será preciso discutir o teto e a "regra de ouro" e é possível construir uma âncora fiscal nova, que olhe a qualidade do gasto, mas também a dívida pública."

Relatório da Instituição Fiscal Independente (IFI) destaca que a margem positiva que havia na "regra de ouro" vem se reduzindo desde 2013. "A despeito da manutenção de elevadas receitas financeiras, o continuado recuo nas despesas de investimentos reduziu gradativamente o excesso de despesas de capital vis-à-vis o volume de operações de crédito", explica a IFI. A instituição considera que os expedientes usados para cumprir a "regra de ouro", como o uso do lucro do BC e de remuneração da conta única do Tesouro, têm afastado o dispositivo de sua "configuração clássica".

"Essa é uma das razões pelas quais foi possível que a regra de ouro vigorasse no país por cerca de três décadas sem necessariamente preservar os investimentos públicos e assegurar o equilíbrio do orçamento corrente. Durante boa parte deste período (e em particular no último quadriênio) a regra de ouro foi formalmente cumprida sob condições de investimentos públicos estáveis (ou cadentes), déficits correntes elevados e crescente endividamento", diz o texto.

Valor Econômico | 09/04/18 | POLÍTICA

Moreira substitui Coelho, que troca MDB por DEM

Por Andrea Jubé e Marcelo Ribeiro | De Brasília

Encerrado o prazo para a desincompatibilização dos ministros que vão concorrer nas próximas eleições, o presidente Michel Temer tenta concluir hoje a reforma ministerial. A data coincidiu com o fim da janela partidária, levando auxiliares de Temer a mudar de partido na última hora, como o ex-ministro de Minas e Energia Fernando Coelho Filho que trocou o MDB pelo DEM. Ontem o Planalto confirmou que Moreira Franco assumirá a pasta de Minas e Energia.

A posse de Moreira e dos novos ministros está programada para amanhã. Fernando Coelho havia deixado o PSB quando o partido posicionou-se favoravelmente às denúncias contra o presidente Michel Temer, e estava sem partido. Há duas semanas, ele assinou a ficha de filiação ao MDB, pelo qual tentaria novo mandato de deputado federal por Pernambuco. Mas no último sábado migrou para o DEM do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (RJ), que passa a contar com 44 parlamentares, a quarta maior bancada, atrás de PT, PMDB e PSDB.

Ao Valor, o senador Fernando Bezerra (MDB-PE), pai do ex-ministro, atribuiu a decisão do filho à briga judicial entre o comando nacional do MDB e a direção da legenda em Pernambuco. Bezerra disputa com o deputado Jarbas Vasconcelos (MDB-PE) o controle da sigla no Estado.

Para o lugar de Coelho Filho, Temer optou por nomear um nome de seu núcleo mais restrito, o ministro Moreira Franco, que deixará a Secretaria-Geral da Presidência. Caberá a ele executar missões estratégicas como a capitalização da Eletrobras e o megaleilão do pré-sal previsto para o segundo semestre.

"A política do ministério é de governo que terá continuidade, será mantida e aprofundada", disse Moreira ao Valor. Ele explicou que as mudanças serão mínimas, preservando-se grande parte da equipe que vem conduzindo o processo de privatização da Eletrobras, bem como as ações da área de óleo e gás.

O secretário de Infraestrutura Hídrica, Antônio de Pádua Andrade, será o novo ministro da Integração Nacional, no lugar de Hélder Barbalho, que disputará o governo do Pará pelo MDB. Andrade é ligado ao pai de Hélder, senador Jáder Barbalho (MDB-PA), e foi diretor de Engenharia da Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp). Para o lugar de Mendonça Filho na Educação foi escolhido o secretário de Educação Básica, Rossiel Soares.

Temer dará posse a Moreira e à nova equipe econômica amanhã, com Eduardo Guardia na Fazenda e Esteves Colnago no Planejamento. O ministro da Defesa, general Joaquim Silva e Luna, será mantido na pasta, mas Temer não sinalizou se o efetivará nesta reforma. Ainda está indefinido o sucessor de Moreira na Secretaria-Geral.

Também não foi indicado o sucessor de Sarney Filho na pasta do Meio Ambiente: ele quer emplacar a presidente do Ibama, Suely Araújo, enquanto a bancada do agronegócio indicou o presidente da Embrapa, Maurício Lopes. Outras pendências são os ministérios do Trabalho e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (Mdic), que estão com interinos. Decidiram continuar com Temer o chanceler Aloysio Nunes (PSDB) e Gilberto Kassab (PSD), de Ciência, Tecnologia e Comunicações, que concorreriam a vagas de senador por São Paulo.

Também prosseguem com Temer os ministros Carlos Marun (MDB), da Secretaria de Governo, Alexandre Baldy (PP), de Cidades, Blairo Maggi (PP), da Agricultura. (Colaborou Fernando Exman)

O ESTADO DE S. PAULO | 09/04/18 | ECONOMIA

Entrevista - Dyogo Oliveira

‘BNDES competir com o mercado é uma estupidez’

Para novo presidente do banco, instituição terá de passar a trabalhar em parceria com o setor financeiro privado

Idiana Tomazelli / BRASÍLIA

Dyogo Oliveira, que assume hoje a presidência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, vai mudar todos os processos internos decisórios da instituição. Terceiro presidente em menos de dois anos, o ex-ministro do Planejamento quer conduzir a "virada" do BNDES para uma nova realidade da economia com juros baixos. Na sua avaliação, o banco ainda é muito "quadradão" e precisa oferecer novos produtos. "O BNDES não foi desenhado para competir com o mercado".

O que sr. vai fazer para mudar a paralisia do BNDES?

A área de infraestrutura tem de se modernizar. Precisa ter, ao menos, estruturas de financiamento "non recourse", que usam como garantia a própria estrutura do projeto. Facilita a execução do projeto com os próprios recebíveis. Vamos atuar também por meio do mercado de capitais comprando debêntures e operações sindicalizadas. O banco não está parado. Desembolsou R$ 70 bilhões em 2017. O BNDES enfrenta dificuldades e é preciso uma série de ações para restabelecer a normalidade. Tem de revisar os processos internos, a maneira como as operações são organizadas e aprovadas, reduzir os prazos. Os modelos de financiamento têm de ser mais flexíveis. O banco ainda é muito quadradão: "o meu negócio é assim que funciona, se você quiser você pega".

Qual sua prioridade?

A parceria com o setor privado. Vamos facilitar a utilização de recursos privados nos projetos. No foco de ação, colocamos inovação, tecnologia, desenvolvimento de novas empresas, negócios, as pequenas empresas – porque nesse mercado o banco tem ainda vantagem, o custo das empresas é vantajoso e tem espaço para avançar –, a infraestrutura e a área de comércio exterior.

Sua gestão vai ajudar a privatizar a Eletrobrás?

O BNDES tem papel fundamental, que é conduzir o processo. Vamos dar prioridade à Eletrobrás, começando pelas distribuidoras (o leilão das seis distribuidoras de energia administradas pela Eletrobrás está marcado para maio).

Qual é o grau de importância desse processo?

A privatização da Eletrobrás é a oportunidade de o País passar a ter uma empresa de classe mundial na área de energia. Hoje temos uma empresa descapitalizada, que não está participando nem dos leilões aqui no Brasil, sem perspectiva de investimentos no curto prazo, com dificuldades gerenciais e administrativas, nível de endividamento elevado. É uma empresa em dificuldades. O modelo de privatização, que é na verdade uma capitalização da empresa, pressupõe trazer dinheiro para ela voltar a investir.

Dá para fazer ainda este ano?

Vamos trabalhar para isso.

Por que o banco não fez nenhuma captação externa até agora?

Ele está com o caixa cheio.

Com a queda dos juros, as empresas começam a antecipar pagamento de dívidas. Qual o impacto disso para o banco? Qual empresa pode fazer isso?

Uma relativamente grande, com acesso a mercados de capitais e financiamento mais barato. Essa empresa, em princípio, não deveria ter financiamento do BNDES.

E quais deveriam ter acesso a esse financiamento?

As que não têm acesso ao mercado de capitais barato, nacional e estrangeiro.

Foram as que tiveram acesso aos recursos nos últimos anos?

O BNDES não foi feito para isso. Desvirtua seu papel. Se a empresa pode ter financiamento no mercado, não faz sentido. Não vejo problema de as empresas estarem pré-pagando as dívidas. O que era um problema era as empresas pegarem dinheiro no BNDES para aplicar no mercado e ganhar mais. Isso ocorreu em volumes consideráveis.

As chamadas "campeãs nacionais" não vão ter mais acesso a esse crédito?

Não estão proibidas. Mas o foco não pode ser esse.

Como será a atuação no segmento de infraestrutura, em que há mais dependência do crédito do BNDES?

Essas empresas precisam de 20, 30 anos de prazo, e não conseguem captar isso no mercado facilmente. O BNDES pode ser o dínamo do mercado de debêntures de infraestrutura, estruturar as operações no formato que seja securitizável (ou seja, com financiamentos garantidos pelo caixa futuro da operação). O banco vai passar por uma grande mudança cultural. O formato de atuação até hoje é diferente do que vai ter daqui para a frente. O grande trabalho será convencer as pessoas dessa mudança e fazer com que comprem esse novo BNDES. Isso não é trivial. O banco tem de se reinventar. Esse é o grande desafio que vai durar os próximos cinco, dez anos. O banco não vai morrer, vai fazer uma transição. Vai passar a atuar em outras áreas como dinamizador da inovação, da tecnologia, do investimento. Vai atuar de maneira mais ágil e flexível, adaptado à necessidade do seu cliente. Vamos lançar mais produtos.

Como o BNDES vai enfrentar os bancos privados?

O banco vai trabalhar em parceria com os privados. O BNDES não foi desenhado para competir com o mercado. Em algum momento, o BNDES se expandiu de tal maneira que expulsou o mercado. A ponto de as empresas pegarem dinheiro no BNDES para aplicar. O princípio tem de ser atender a uma necessidade do País que não está sendo atendida de outra maneira. Competir com o mercado é estupidez.

Mesmo com devolução de mais de R$ 100 bilhões ao Tesouro Nacional, ainda restarão recursos que estavam sendo renegociados. O sr. vai continuar esse processo?

A maior parte dos recursos está emprestada ou aplicada nos projetos das empresas. É preciso coadunar esse fluxo de pagamentos com a devolução dos empréstimos ao Tesouro. O BNDES já devolveu valores e ainda tem mais R$ 100 bilhões para devolver este ano. Daí para a frente, tem de haver equilíbrio entre o fluxo de devoluções para o Tesouro e o fluxo de pagamento das operações.